



Observatório de Política Exterior do Brasil

**– Informe de Política Externa Brasileira –
Nº 292
18/02/11 a 24/02/11**

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Doutorandos em Relações Internacionais: André Cavaller Guzzi (City University of New York), Flávio Augusto Lira Nascimento (Universidade de São Paulo – USP)

Mestrandos em História (UNESP, Franca): Adriana Suzart de Pádua (bolsista CAPES);

Graduandos em Relações Internacionais: Analice Pinto Braga, Giovanna Ayres Arantes de Paiva, Henrique Neto Santos, Lívia Peres Milani, Rafael Augusto Ribeiro de Almeida (bolsista CNPq), Thassia Bollis.

Brasil negou a acusação dos EUA e defendeu política industrial

O governo brasileiro rebateu a acusação dos Estados Unidos de que pratica subsídios. Em resposta ao documento que o governo estadunidense enviou ao Brasil questionando a política industrial do país, o Itamaraty negou que os programas de incentivo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e as isenções fiscais para projetos de desenvolvimento industrial sejam subsídios (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 18/02/2011).



Observatório de Política Exterior do Brasil

BRICs divergem de propostas do G-20

No dia 18 de fevereiro, após o encontro do BRIC, bloco formado por Brasil, Rússia, Índia e China, ocorrido em Paris, durante a reunião ministerial do G-20, o ministro da Fazenda brasileiro, Guido Mantega, reafirmou que se oporá à proposta francesa de limitar as reservas internacionais e incluí-las como indicadores para sinalizar desequilíbrios nas economias. O bloco também sinalizou ser contra a imposição de restrições ao controle do fluxo de capitais. O Brasil indicou que vê com preocupação a desvalorização do yuan, mas também não deixou de criticar a política monetária dos países ricos. Mantega declarou, ainda, que rejeita a proposta de controle do preço dos alimentos, como sugeriu recentemente o presidente francês, Nicolas Sarkozy, e que tem intenção de apresentar proposta de inclusão do real na cesta de moedas do Fundo Monetário Internacional, uma vez que a moeda brasileira vem sendo mais negociada que o iene e a libra em mercados como o de derivativos, o que seria uma demonstração de prestígio da divisa. No dia 19, Mantega apresentou um discurso acerca do protecionismo unilateral. O ministro afirmou que o Brasil adotará controles de capitais, se for necessário, e defendeu a liberdade dos demais países, especialmente os em desenvolvimento, de tomar as medidas que considerem necessárias para conter o intenso fluxo de recursos que abandona os mercados desenvolvidos em direção aos emergentes. Ademais, o ministro declarou sua plena satisfação com o acordo selado após a reunião ministerial e aprovou a inclusão da taxa de câmbio como um dos elementos que serão avaliados para medir desequilíbrios na economia (Correio Braziliense – Economia – 19/02/2011; Folha de S. Paulo – Mercado – 19/02/2011; Folha de S. Paulo – Mundo – 20/02/2011; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 19/02/2011; Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 20/02/2011).

Brasil e Argentina criam comissão para importação

Na primeira reunião do ano para o comércio bilateral entre Brasil e Argentina, foi criada uma comissão para analisar as barreiras de importação mantidas pelos argentinos. O órgão foi instaurado após a Argentina ampliar os itens sujeitos às licenças não-automáticas, que permitem ao governo analisar se libera a importação de determinado produto. A comissão objetiva garantir que as novas exigências para importação implementadas pelo governo argentino não irão prejudicar o Brasil. O ministro da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior (MDIC), Fernando Pimentel, ressaltou que, em lugar de deixar que as medidas se transformem em um contencioso entre os dois países, os governos decidiram avançar para tentar equilibrar o comércio bilateral e reduzir o déficit argentino de quase US\$ 4 bilhões. Pimentel ainda afirmou que não existe nenhum desentendimento na relação entre os dois países, embora tenha reconhecido que a medida argentina tenha gerado inquietude no sistema produtivo brasileiro. Ademais, segundo o MDIC, a



Observatório de Política Exterior do Brasil

comissão já está analisando o caso (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 19/02/2011; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 22/02/2011).

Brasil está negociando retirada de nacionais que vivem na Líbia

No dia 21, o embaixador brasileiro em Trípoli, George Ney de Souza Fernandes, tentou negociar com o governo da Líbia a retirada de brasileiros do país em virtude da onda de protestos e violência contra o governo líbio. O Itamaraty afirmou ter planos de contingência para socorrer brasileiros se a violência aumentar. Ademais, o ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, afirmou que a embaixada está em contato permanente com os brasileiros e que a retirada de mulheres e crianças brasileiras da Líbia é prioridade para o Brasil (Folha de S. Paulo – Mundo – 20/02/2011; Folha de S. Paulo – Mundo – 21/02/2011; O Estado de S. Paulo – Internacional – 21/02/2011; Correio Braziliense – Mundo – 22/02/2011; Folha de S. Paulo – Mundo – 22/02/2011; O Estado de S. Paulo – Internacional – 22/02/2011).

Itamaraty lamentou veto estadunidense no Conselho de Segurança

No dia de 18 de fevereiro, o Ministério das Relações Exteriores publicou nota lamentando que a resolução sobre a ilegalidade dos assentamentos israelenses não tenha sido aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) após o veto dos Estados Unidos. Em seu voto, a embaixadora Maria Luiza Viotti, representante do Brasil nas Nações Unidas, reforçou que o projeto foi patrocinado por 128 dos 192 países membros da ONU e seria um caminho possível para a paz no Oriente Médio. Para Viotti, o Brasil copatrocina o texto não apenas por concordar integralmente com ele, mas porque a resolução ajudaria a alcançar a solução de dois Estados e, portanto, contribuiria para a segurança e a estabilidade a longo prazo de toda região (Correio Braziliense – Mundo – 20/02/2011).

Patriota criticou violência do governo líbio

Durante visita à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o ministro das Relações Exteriores condenou a violência promovida pela Líbia contra manifestantes que protestam em oposição ao governo daquele país e afirmou que os eventos são preocupantes. O chanceler declarou que a situação da Líbia pode ser introduzida na pauta do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o qual se encontra sob presidência do Brasil. No dia 21 de fevereiro, o Itamaraty divulgou uma nota oficial repudiando a violência do governo líbio e defendendo o diálogo político para a solução de tais problemas.



Observatório de Política Exterior do Brasil

Ademais, Patriota negou que o líder líbio havia pedido asilo ao Brasil, conforme fora noticiado pela mídia árabe. No dia 23, em um encontro em Brasília com a chanceler francesa, Michèle Alliot-Mari, o chanceler brasileiro reiterou ser inadmissível a violência contra civis desarmados e afirmou que o Brasil já enviou um navio para resgatar os brasileiros na Líbia (Correio Braziliense – Mundo – 22/02/2011; Correio Braziliense – Mundo – 23/02/2011; Folha de S.Paulo – Mundo – 22/02/2011; Folha de S. Paulo – Mundo – 23/02/2011; O Estado de S.Paulo – Internacional – 22/02/2011; O Estado de S. Paulo – Internacional – 23/02/2011).

Brasil obteve vitória na OMC

No dia 21 de fevereiro, O Brasil obteve vitória em um processo aberto contra os Estados Unidos no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Neste painel, o Brasil questionava sobretaxas comerciais impostas pelos EUA ao suco de laranja brasileiro. Em nota oficial, o Itamaraty afirmou que a determinação da OMC representa significativa vitória para o país e que espera que os EUA abandonem definitivamente esta prática (Correio Braziliense – Economia – 22/02/2011; Folha de S.Paulo – Mercado – 22/02/2011; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 22/02/2011).

Antônio Patriota encontrou-se com Hillary Clinton

No dia 23 de fevereiro, o ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, encontrou-se com a secretária norte-americana de Estado, Hillary Clinton, nos Estados Unidos. Em seu discurso, Patriota cobrou que o governo de Barack Obama cumpra a promessa feita em 2009 de se engajar na reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU). Segundo o chanceler, o Brasil pode contribuir amplamente para a solução dos assuntos desestabilizadores do cenário mundial. Além disso, o ministro afirmou que o Itamaraty, em conjunto com outros países, acionou o Conselho de Direitos Humanos da ONU para que este avalie a violência na Líbia (O Estado de S. Paulo – Brasil – 24/02/2011; O Estado de S. Paulo – Internacional – 24/02/2011).

Brasil e EUA iniciaram negociações para ação conjunta na África

O Brasil e os Estados Unidos iniciaram negociações para uma cooperação que objetiva financiar obras de infraestrutura na África. Os dois países negociam uma maneira de estimular parcerias entre empresas brasileiras e estadunidenses com vistas a ampliar a participação de ambos os países na expansão da infraestrutura do continente africano. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, órgão estatal brasileiro, e o Eximbank,



Observatório de Política Exterior do Brasil

banco estatal dos EUA, discutem o fornecimento de recursos financeiros para viabilizar a ação conjunta do empresariado (Folha de S. Paulo – Mercado – 24/02/2011).